

**PARECER N.º                    /2023.**

**COMISSÃO DE SERVIÇOS, OBRAS, TRANSPORTE E VIAÇÃO MUNICIPAIS.**

**PROJETO DE LEI N.º 68/2023.**

**OBJETO: DETERMINA A RESTAURAÇÃO DA CONTAGEM DE TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO DE SERVIÇO PÚBLICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE MENCIONA, NO MUNICÍPIO DE UNAÍ.**

**AUTOR: VEREADOR PROFESSOR DIEGO.**

**RELATORA: VEREADORA DORINHA MELGAÇO.**

### **1. Relatório:**

O Projeto de Lei n.º 68/2023 é de autoria do Vereador Professor Diego, que “determina a restauração da contagem de tempo de efetivo exercício de serviço público dos servidores públicos municipais que menciona, no Município de Unaí”.

Cumpridas as etapas do processo legislativo foi encaminhada a presente matéria a esta Comissão a fim de ser emitido parecer para conhecer do mérito da proposição, sob a relatoria desta Vereadora, por força do r. despacho do Presidente desta Comissão.

### **2. Fundamentação:**

Vencidas as questões de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e financeira, compete a esta Comissão analisar o mérito da matéria.

O Projeto de Lei sob comento foi distribuído à Douta Comissão de Serviços, Obras, Transporte e Viação Municipal, por força do disposto no inciso III do artigo 102 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a fim de obter uma análise do mérito que assim diz:

*III – Serviços, Obras, Transporte e Viação Municipais:*

- a) matérias relativas ao serviço público da administração direta e indireta, inclusive fundacional e autárquica;*
- b) regime jurídico dos servidores municipais;*
- c) regime jurídico-administrativo dos bens públicos;*
- d) prestação de serviços públicos em geral;*
- e) fiscalização e acompanhamento de obras públicas;*
- f) matérias atinentes ao funcionalismo público municipal;*

A matéria tem o fim de restaurar a contagem de tempo de efetivo exercício de serviço público dos servidores públicos municipais, conforme a justificativa:

#### *JUSTIFICATIVA*

*Em 28 de maio de 2020, a Lei Complementar n.º 173, de 2020, considerando o estado de calamidade pública instalado no país decorrente do Coronavírus –Covid-19 – impôs algumas restrições de ordem orçamentária e financeira aos entes federados, entre as quais, a proibição de computar o período de 28/05/2020 a 31/12/2021 como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, **sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins.***

*Resumidamente, o recente entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais considerou que o fundo de direito foi preservado pela Lei Complementar n.º 173/2020 e que o Supremo Tribunal Federal declarou que as restrições do artigo 8º são de ordem orçamentária. Maiores detalhes da fundamentação estão constantes no inteiro teor da consulta em anexo.*

*Porém, em 14 de dezembro de 2022 o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por meio do Processo de Consulta n.º 1114737, em anexo, reviu seu entendimento, admitindo a contagem do tempo para concessão de qualquer benefício, mantida somente a restrição orçamentária e financeira até 31/12/21, ou seja, entendeu que se pode contar o tempo, mas os efeitos financeiros ficam bloqueados no período de 28/05/2020 a 31/12/2021.*

*É neste sentido que este Vereador vem propor este Projeto para restaurar a contagem do tempo no período acima mencionado para o servidor público municipal poder ter todos os seus direitos resguardados.*

De acordo com o exposto, não resta dúvida de que o assunto proposto está devidamente elencado no bojo de atribuições desta Comissão.

O Projeto é pertinente, tendo em vista que valoriza o servidor público, conforme a justificativa do Projeto e o artigo 126 da Lei Orgânica, que assim dispõe:

*Art. 126. A política de pessoal obedecerá às seguintes diretrizes:*

*I – valorização e dignificação da função pública e do servidor público;*

*II – profissionalização e aperfeiçoamento do servidor público;*

*III – constituição de quadro dirigente, mediante formação e aperfeiçoamento de administradores;*

*IV – sistema de mérito objetivamente apurado para ingresso no serviço e desenvolvimento na carreira;*

*V – remuneração compatível com a complexidade e a responsabilidade das tarefas e com a escolaridade exigida para seu desempenho.*

Além disso, está em conformidade com o Parecer do TCE/MG, fls. 10/40.

Esta relatora propõe emenda no sentido de deixar claro que quando o direito do benefício, como exemplo o quinquênio, tiver completado dentro do período de 8 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021 o pagamento deverá ser feito a partir de 1º de janeiro de 2022, também em conformidade com o Parecer do TCE/MG, fls.

Sem mais para o momento, passa-se à conclusão.

### **3. Conclusão:**

Ante o exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Lei n.º 68/2023, juntamente com a emenda desta relatoria.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 13 de setembro de 2023; 79º da Instalação do Município de Unai.

VEREADORA DORINHA MELGAÇO  
Relatora

EMENDA N.º AO PROJETO DE LEI N.º 68/2023

Acrescente-se ao artigo 1º do Projeto de Lei n.º 68/2023 o seguinte parágrafo único:

“Art. 1º .....

*Parágrafo único. O pagamento dos benefícios tratados no caput deste artigo retornará a 1º de janeiro de 2022, quando o respectivo direito tiver recaído dentro do período mencionado.” (NR)*

Unai, 13 de setembro de 2023; 79º da Instalação do Município.

VEREADORA DORINHA MELGAÇO  
Relatora